

Prosollo Fertilizantes Ltda

Plano de recuperação Judicial

Prosollo
Fertilizantes

Itapema

2023

Prosollo Fertilizantes Ltda

Em Recuperação judicial

Plano de Recuperação Judicial autorizado

Em 14/07/2023 com fundamento no art. 53 da Lei 11.101/2005, apresentado nos autos do Processo 5069427-81.2023.8.24.0023 em tramite na Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca de Itapema – Estado de Santa Catarina.

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	
2. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	
2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	
2.2 OBJETIVO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	
2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	
2.4 DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO.....	
2.4.1 DEFINIÇÕES.....	
2.4.2 CLÁUSULAS E ANEXOS.....	
2.4.3 TÍTULOS.....	
3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	
3.1 BREVE HISTÓRICO.....	
3.2 ESTRUTURA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA.....	
3.3 ESTRUTURA DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO.....	
4. EVOLUÇÃO E CAUSAS DA CRISE.....	
4.1. OPERAÇÃO IMPORTAÇÃO DE UREIA.....	
4.2 OPERAÇÃO DE BARTER (UREIA X MILHO)	
5. MERCADOS.....	
6. MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO.....	
6.1 OBJETIVO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	
6.2 PLANO DE REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL.....	
6.3 POSICIONAMENTO COMPETITIVO.....	
7. VISÃO GERAL SOBRE AS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO.....	
7.1 ORIGEM DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS CREDORES.....	
8. RESUMO DA LISTA DE CREDORES DA RECUPERANDA.....	
9. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES.....	
9.1 PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDORES TRABALHISTAS.....	
9.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDORES COM GARANTIA REAL E QUIROGRAFÁRIOS.....	
9.3 PROPOSTA DE PAGAMENTO AO ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	

9.4 PROPOSTA DE PAGAMENTO AO CREDOR EXTRACONCURSAL.....	
9.5 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS.....	
9.6 CREDORES NÃO SUJEITOS.....	
10. CRÉDITOS CONTINGENTES – IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO.....	
11. PASSIVO TRIBUTÁRIO.....	
12. EFEITOS DO PLANO.....	
12.1 VINCULAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	
12.2 NOVAÇÃO.....	
12.3 GARANTIAS PESSOAIS.....	
12.4 PUBLICIDADE DOS PROTESTOS.....	
13. MEIOS DE PAGAMENTOS.....	
13.1 INFORMAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS.....	
13.2 DATAS DOS PAGAMENTOS.....	
14. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	
14.1 INVALIDADE PARCIAL.....	
14.2 DESCUMPRIMENTO DO PLANO E PURGAÇÃO DA MORA.....	
14.3 CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DOS CRÉDITOS.....	
14.4 LEI APLICÁVEL.....	
14.5 ELEIÇÃO DE FORO.....	
(ANEXO I) - LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO	
(ANEXO II) - RELAÇÃO ORIGINAL DE CREDORES	

Plano de Recuperação Judicial da Empresa
Prosollo Fertilizantes Ltda – Em Recuperação Judicial

Prosollo Fertilizantes Ltda (em Recuperação Judicial) pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF 39.695.576/0001-56 com sede na Rua 205 N.75 Edifício Siframar Platinum, Sala 501 CEP 88.220-000 Bairro Meia Praia, Cidade Itapema Estado Santa Catarina, doravante denominada RECUPERANDA, vem respeitosamente perante Vossa Excelência propor o pedido de Recuperação Judicial e, neste ato denominado simplesmente plano de recuperação ao disposto no art. 52 de Lei 11.101/2005 conforme termos que seguem.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

- I – Considerando as dificuldades econômicas e financeiras suportadas pela empresa em 14/07/2023, foi apresentado pedido de Recuperação Judicial com fundamento no art. 47 e seguintes da Lei 11.101/2005, visando a superação da crise econômica e financeira.
- II – Considerando que a Recuperanda é administrada por seu sócio, conforme contrato social juntado aos autos, e sua sede está localizada na rua 205 nº 75 sala 501 Edifício Siframar – bairro Meia Praia Itapema/SC. O pedido de Recuperação Judicial foi apresentado e distribuído perante a Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca da Capital e representada sob o Nº 5069427-81.2023.8.24.0023/SC de 14/07/2023.
- III – Considerando o deferimento do processo de Recuperação Judicial em 14/07/2023, pelo Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz de direito LUIZ HENRIQUE BONATELLI, publicado no diário de justiça eletrônico do Estado de Santa Catarina no dia 14/08/2023 foi nomeado como administrador judicial o Instituto Professor Rainoldo Uessler (IPRU) que passou a fiscalizar todos os dados da Recuperanda.
- IV – Considerando que o presente plano foi elaborado com o propósito de abranger e estabelecer os principais termos de Recuperação Judicial, todas as proposições atendem o disposto na Lei 11.101/2005, especificamente as previsões do art. 53.

V – Considerando que por meio deste plano a Recuperanda pretende.

- Honrar com o pagamento dos credores
- Preservar as atividades empresariais
- Manter-se como fonte gerador de riquezas, tributos e empregos

Visando o deferimento, apresenta este plano, onde propõe condições especiais para o pagamento das obrigações vencidas e vincendas e demonstra a viabilidade econômico-financeiro da empresa, soma como a compatibilidade entre a proposta de pagamento aos credores e a geração dos recursos financeiros nas condições e prazos propostos, consoante aos artigos 50, 53 e 54 da Lei 11101/2005.



2. SUMÁRIO EXECUTIVO

2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O objetivo principal da recuperação judicial é viabilizar a superação da crise econômico-financeira do devedor. Pretende-se, na forma da lei, conciliar a manutenção e continuidade das atividades empresariais da Recuperanda com o pagamento dos credores, de forma a proporcionar o cumprimento da função social da empresa constitucionalmente protegida. Este plano representa uma alternativa viável para o pagamento sustentável e ordenado das obrigações, permitindo a manutenção das fontes produtoras, dos empregos dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo a preservação da empresa.

2.2 OBJETIVO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Este plano tem o objetivo de viabilizar a superação da crise econômico-financeira suportada pela Recuperanda e atender aos interesses dos credores, estabelecendo as fontes de recursos e um cronograma de pagamento. Em função da viabilidade econômica e do valor agregado, a manutenção das atividades é uma medida muito mais vantajosa para os credores do que a liquidação e a falência. Especificamente, o plano proposto confere a cada um dos credores um fluxo de pagamentos ordenado, que lhes assegura um retorno benéfico possível de ser alcançado.

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nos termos do artigo 50 da Lei 11.101/2005, a Recuperanda destaca os seguintes meios de recuperação, dentre outros, que serão utilizados para viabilizar a superação de crise econômica e financeira:

- I – Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- II – Equalização de encargos financeiros relativos aos débitos sujeitos de qualquer natureza;
- III – Novação de dívidas do passivo sem constituição de novas garantias;

2.4 DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

2.4.1 DEFINIÇÕES

Os termos e expressões dispostos abaixo, sempre que utilizados neste documento, terão os significados que lhes serão atribuídos nesta cláusula. As definições são aplicáveis no singular e no plural, no gênero masculino ou no feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído. A lista abaixo não prejudica outras definições que venham a ser introduzidas ao longo de todo o plano.

ADMINISTRADOR JUDICIAL	Instituto Professor Rainoldo Uessler (IPRU)
AGC	Assembleia Geral de Credores, a ser convocada e instalada na forma prevista na LRF.
CRÉDITOS SUJEITOS	São os créditos sujeitos aos efeitos do processo de recuperação judicial, por força de operações, contratos e outras relações obrigacionais celebradas com a Recuperanda.
CRÉDITOS TRABALHISTAS	São os créditos sujeitos de natureza trabalhista e/ou acidentária existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de Recuperação Judicial contra a Recuperanda.
CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	São os créditos sujeitos não garantidos por garantia real.
CREDITOS NÃO SUJEITOS (EXTRACONCURSAL)	São os credores titulares de créditos não sujeitos aos efeitos de recuperação judicial, nos termos do artigo 67.
CREDORES SUJEITOS	São os credores titulares de créditos concursais, sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.
CREDORES TRABALHISTAS	São os credores titulares de crédito Trabalhistas.
CREDORES QUIROGRAFÁRIOS	São os credores titulares de créditos quirografários.
CREDORES NÃO SUJEITOS (EXTRACONCURSAL)	São os credores titulares de créditos não sujeitos aos efeitos de recuperação judicial.
DATA DE HOMOLOGAÇÃO	Data da publicação da decisão que homologar o plano de recuperação judicial no Diário de Justiça Eletrônico do Estado de Santa Catarina.

DIA ÚTIL	Para fins deste plano, dia útil será qualquer dia, que não seja sábado, domingo ou feriado na Cidade de Itapema, no Estado de Santa Catarina, ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na Cidade de Itapema.
JUÍZO DA RJ	Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina.
LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO	ANEXO I.
LISTA DE CREDITORES	ANEXO II. Relação de credores da Recuperanda. Em caso de divergências entre a Lista de Credores da Recuperanda e a Lista de Credores que venha a ser publicada pelo Administrador Judicial, na forma da LRF, esta última prevalecerá. Observação. Os créditos já quitados e/ou extintos em oportunidade anterior e /ou indevidos, que ainda constarem na lista de credores, serão excluídos. Os créditos quitados parcialmente serão reduzidos na proporção do pagamento.
LRF	Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência do Empresário e da Sociedade Empresária – Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.
PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	Refere-se a este documento, apresentado pela Recuperanda em atendimento ao artigo 53 da LRF.
RECUPERAÇÃO JUDICIAL	Processo de recuperação judicial autuado sob nº 5069427-81.2023.8.24.0023/SC, em curso perante a Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina.
RECUPERANDA OU EMPRESA	Prosollo Fertilizantes Ltda.
TR	Taxa Referencial criada pela Lei nº 8.177/91, de 01 de março de 1991 e Resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 2.437, de 30 de outubro de 1997.

2.4.2 CLÁUSULAS E ANEXOS

Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados referem-se a este plano.

2.4.3 TÍTULOS

Os títulos dos capítulos e das cláusulas deste plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas previsões.

3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1 BREVE HISTÓRICO

A PROSOLLO Fertilizantes Ltda, foi criada em 06/11/2020, pelo Sr. Rodrigo Topázio Oliveira, jovem empreendedor com mais de 15 anos de experiência na importação e comercialização de produtos destinados ao Agronegócio, após uma bem sucedida implantação de importação, internalização e distribuição de um produto específico (UREIA AGRÍCOLA) em que o Agro Brasileiro consome para a cultivo de milho, no montante de 6,5 milhões de toneladas anuais, o Sr. Rodrigo Topázio Oliveira gerenciando uma Trader Nacional, trouxe através do Porto de Imbituba o montante aproximado de 600 mil toneladas o que representou 10% do volume nacional consumido. Solidificado como Trader do produto e observador dos mercados agrícolas, visualizou ali a grande oportunidade de montar e consolidar a sua empresa Prosollo Fertilizantes Ltda. Inicialmente com o escritório em Itapema SC.

Por que Itapema?

- I. Facilidade da interação entre os clientes especialmente os agricultores do MT e GO que em sua maioria possuem suas residências de veraneio em Itapema, Balneário Camboriú e Adjacentes.
- II. Proximidade do Porto de São Francisco onde concentra-se 70% das operações da Prosollo Fertilizantes Ltda.
- III. Com a habilidade que lhe é peculiar após a constituição da Prosollo Fertilizantes Ltda, seu CEO Rodrigo Topazio Oliveira começou a buscar parceiros e fornecedores, se inserindo como Trader de referência entre os grandes fornecedores, exportadores e consumidores de matéria-prima (UREIA-KCL-MAP)* e outros, todos produtos essenciais na alimentação do solo. Para consolidação do projeto foi criada uma vasta rede de distribuidores (vendedores e representantes) nos estados de Goiás e Mato Grosso onde concentram-se a maior parte da produção agrícola do país, Armazéns em São Francisco do Sul, para recepção, inspeção e embarque dos produtos, gerando uma infinidade de empregos diretos e indiretos, frota de caminhões (terceirizados) diversos armazéns (incluindo o da Recuperanda) “alugado”, do ponto de vista econômico financeiro, rentabilidade é maior uma vez que não se imobiliza recursos (capital de giro) em unidades própria.

**Ureia, é um fertilizante utilizado em plantações para adubar o solo e proporcionar uma maior eficiência no plantio. Sua composição possui 46% de nitrogênio na*

forma amídica, o que o torna perfeito para repor a falta desse nutriente em diversos solos.

**KCL (CLORETO DE POTÁSSIO) é um fertilizante que fornece os nutrientes necessários para diversas culturas agrícolas, proporcionando uma alta produtividade.*

**MAP (FOSFATO MONOAMÔNICO) é um fertilizante mineral amplamente utilizado como fonte de fósforo e nitrogênio.*

Em 2022, a Prosollo passou a contar com um grande assédio de fornecedores dado a sua operação externa eficaz. Foi apresentado através de um Trader da Espanha uma operação de BARTER (troca) – UREIA X MILHO não muito comum para o mercado. Foram feitos todos os estudos de viabilidade com margens de rentabilidade e concretizar-se a operação, solidificando a Prosollo como **DEALER** no mercado de Ureia em nível nacional.

3.2 ESTRUTURA OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA

Com todos os eventos que se verificaram a Prosollo como já dissemos anteriormente criou uma unidade operacional em São Francisco do Sul (alugada) com capacidade de receber, armazenar e expedir aproximadamente 50.000 toneladas de produtos no mês, concentrando dessa forma suas atividades em São Francisco do Sul com administração gerencial, operacional e própria, com isso podemos garantir um plano de pagamento sustentável aos credores mantendo a programação projetada. Outro plano de destaque são as parcerias logísticas. A Recuperanda mantém uma frota de caminhões terceirizados para atender o transporte dos fertilizantes na condição CIF (frete seguro pago pelo fornecedor) os produtos são transportados em veículos monitorados, com acondicionamento correto, garantindo que cheguem ao destino nos prazos programados e com a qualidade almejada pelo consumidor e pelas leis que regem o mercado de fertilizantes no Brasil.

3.3 ESTRUTURA DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO

A gestão administrativa foi estabelecida de forma horizontal, onde as atividades e responsabilidades estão engajadas e distribuídas igualmente entre os colaboradores, foram nomeados líderes para gerir as informações, as estratégias empresarial e de marketing, trazendo dinamismo para as operações facilitando as tomadas de decisões dentre as áreas da empresa. As unidades operacional, comercial e administrativa estão integradas ao escritório central em Itapema, permitindo ganhos de eficiência no processo e comercialização e controle da logística. Além do exposto e como já dissemos a

Recuperanda conta com uma gama de representantes distribuídos em todo território nacional, dando garantia de um atendimento personalizado aos clientes.

De acordo com os dados de julho de 2023, empregando atualmente cerca de 100 colaboradores entre os diretos e indiretos.

4. EVOLUÇÃO E CAUSAS DA CRISE

As causas da crise foram expostas na petição inicial apresentada com o pedido de recuperação judicial, contudo faremos um breve relato dos fatos que efetivamente culminaram com o pedido de recuperação judicial.

4.1. OPERAÇÃO IMPORTAÇÃO DE UREIA

Em 2022, a Recuperanda encontrava-se em plena solidificação no mercado de importação e comercialização de matéria prima destinada ao agronegócio, no final do primeiro semestre, o CEO da Recuperanda foi diagnosticado com uma doença (câncer) o que abalou completamente a estrutura emocional do motor central da Recuperanda, nesse período estava sendo entabulada uma operação de importação de Ureia por conta de financiamento internacional EAT GRAMERCY S.A endereço Calle Cesar Cortinas N. 2037 Cidade de Montevideo no País Uruguai. Operação em moeda Americana, no valor de USD 15.000.000,00 deste valor, USD 14.000.000,00 está representando por uma importação de aproximadamente 20.000.000 kg de ureia agrícola e USD 1.000.000,00 destinado a suportar os custos da operação (despesas aduaneiras e demais despesas portuárias (administração) impostos etc.) este valor nunca foi repassado para a Recuperanda. À revelia da Recuperanda, a EAT GRAMERCY S.A e sem que a documentação estivesse totalmente legalizada, (detalhamentos a frente):

A EAT GRAMERCY S.A procedeu a importação do produto em nome da Recuperanda, navio MV Atlantis Unity conforme documento de importação N. 22/2120568-4 data 01/11/2022 em São Francisco do Sul SC. Com navio em águas brasileiras e carecendo do desembarque imediato, a Recuperanda autorizou a operação suportando todos os custos de internacionalização, administração, transbordo, tributos etc., inicia-se uma grande discussão, uma vez que analisado pelos executivos da Recuperanda a operação era e é totalmente engessada (impossível de ser operacionalizada) ** ficando a Recuperanda sem as mínimas condições de comercializar o produto já internalizado e com todos os custos suportados pela Recuperanda, contratos e coláteros leoninos, nunca antes visto em

operações de financiamentos internacionais para aquisição de matérias prima destinadas ao agronegócio.

***termos do contrato, exemplificando: custos para cadastramento para cada operação (venda) no montante aproximado de USD 1.000,00. Pagamento antecipado pelo cliente em conta Scrow Account (no exterior) do montante vendido. Análise de crédito por cliente pelos advogados da empresa EAT GRAMERCY S.A, para cada operação independente se o pagamento for à vista ou antecipado.*

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

• CONTRATO MÃE

Deverá ser na língua da origem do país onde está localizado o financiador, assinado em presença do paralegal encaminhado a um tradutor juramentado e posteriormente ao registro de títulos e documentos. Abaixo documentos que fazem parte do contrato mãe (sendo seus colâterros):

- Nota promissória em reais do valor da operação na data da assinatura do contrato mãe.
- Contrato fiduciário da garantia da operação (a própria ureia).
- Contrato de armazenagem do produto.

Ciente das dificuldades para comercializar esses produtos, por diversas vezes os executivos da Recuperanda procuram os executivos da EAT GRAMERCY S.A para um acordo e flexibilidade no contrato. Em nenhuma das reuniões houve por parte da EAT GRAMERCY S.A qualquer sinal de maleabilidade na mudança da estrutura documental da operação. Em meados de 2023 a Recuperanda observou alguns movimentos por parte da EAT/GRAMERCY no mínimo estranhos, reconhecimento de firma do CEO Sr. Rodrigo Topazio de Oliveira em cartório do Rio de Janeiro por semelhança e não por verdadeiro. Registro de documentos no cartório de Itapema não condizente com as determinações da Lei etc. A Recuperanda surpreendida com a ação de cobrança nº 1022323-70.2023.8.26.0100 protocolada em 25/02/2023 na 26ª vara Cível de São Paulo. Ora para uma empresa que está despontando e se solidificando no mercado, foi um grande revés junto ao mercado.

4.2. OPERAÇÃO DE BARTER (UREIA X MILHO)

BRIGHTEN STAR FZE EXPORTADOR - FORNECEDOR

TREZEUS INTERNACIONAL SL – TRADER INTERMEDIARIO

PROSOLLO FERTILIZANTES LTDA – DISTRIBUIDOR

Em 2022 como já citamos anteriormente, a Recuperanda era a estrela do momento, contudo isso não deslumbrou seu CEO e executivos, mantendo sempre a serenidade e seriedade no trato dos negócios e condução das operações.

Em meados de 2022 o CEO da Prosollo, com base em sua expertise nas operações de Barter (UREIA X MILHO) origem e destino IRÃ, foi procurado pelos executivos da Trader Europeia TREZEUS para numa operação conjunta comercializarem dois navios de Ureia contra embarque de milho. A operação envolvendo as três empresas seria de parceria com as rentabilidades apuradas no término. Custo da Ureia no Brasil – Venda da Ureia – Compra do milho no Brasil – embarque do produto para o Irã. Venda do milho no país de destino, apuração dos resultados e finalizando da operação, conforme contrato firmado de fidelidade, entre as partes.

I. Detalhamento abaixo:

- **Importação (UREIA)**

NAVIO GANJI 49.286.460 KG X UREIA

NAVIO SPAR LIBRA 40.550.210 KG X UREIA

TOTAL 89.836.670 KG

- **Exportação (MILHO)**

NAVIO ABDUL – 44.003.080 KG MILHO

NAVIO SARONIC – 35.000.000 KG MILHO

NAVIO HERO – 46.616.520 KG MILHO

TOTAL 125.619.600 KG

Todos os custos de internacionalização, portuários, administrativos, tributos, comercialização da Ureia, aquisição e embarque do milho etc tudo devidamente registrado pela contabilidade, foram suportados pela Recuperanda. Queremos aqui esclarecer que a revelia da Recuperanda a Trader TREZEUS utilizou terceiros para também embarcar milho parte com destino ao Irã, e pior o último navio Saronic embarcado em Barcarena-PA teve como destino a Venezuela.

O CEO foi surpreendido pela informação que o seu Fornecedor através da Trader TREZEUS/BRIGHTEN STAR, viu em águas brasileiras especificamente no porto de São Francisco, um cargo de ureia no navio MV-Hero, disponibilizado para uma empresa local sem experiencia no mercado de Fertilizantes (Ureia Agrícola). Sendo que este mesmo navio havia sido contratado para fazer o embarque do milho para a Prosollo, o que veio afetar drasticamente o mercado visto, que seu preço de venda era menor que os preços praticados pelo mercado no momento do desembarque da Ureia, ocasionando um prejuízo operacional e financeiro, quando a Recuperanda estava praticando operações de Barter. Desrespeitando o contrato de Exclusividade entre as empresas TREZEUS/BRIGHTEN STAR e PROSOLLO.

Até o presente momento não foi enviado nenhum comprovante de quitação dos produtos embarcados causando grande transtorno para a Recuperanda, uma vez que as operações de importação e exportação continuam aberto junto ao banco central gerando impacto no Balanço da Empresa com a Variação Cambial de Clientes e Fornecedores.

Operações pouco comum dentro do mercado, determinado pelo parceiro TREZEUS, como exemplo podemos citar, grande volume de numerários enviados ao escritório de advocacia do representante da Trader TREZEUS, para pagamento de compras de mercadorias e despesas inerentes a operação, tal fato foi devidamente reconhecido na contabilidade da Recuperanda. Enfim, bastante difícil de explicar, sendo operacionalizado por questões de envolver grandes volumes, navios a serem embarcados, aguardando mercadorias, ocasionando com isso custos de Demurrage, e a todos questionamentos aos representantes da Trader TREZEUS, recebíamos como informação que tudo seria liquidado dentro do ano base 2022 o que não ocorreu, ficando a Recuperanda totalmente vulnerável e sujeita a volumosas tributações e multa de Imposto de renda.

Quadro demonstrativo – os valores em US\$ dólar foram transformados para termos com clareza a operação de Barter Ureia em kg Milho em kg, relação para análise e comparação do praticado usualmente no mercado.

Ureia recebida	89.836.670 kg
Milho embarcado	125.619600 kg
Custos pagos e provisionados pela Recuperanda	59.106.170 kg
Total de milho considerado	184.725.770 kg
Relação de troca (Milho por Ureia)	2.056 kg

Com todos os números acima expostos vem demonstrar toda a seriedade e zelo com que a Recuperanda tratou a operação, ou seja, a cada tonelada de ureia recebida foi considerado embarcado 2.056 kg de milho. Salientamos que tudo devidamente documentado, com a operação finalizada, por diversas vezes a Recuperanda solicitou o encontro de contas para apuração de resultados uma vez que a relação de troca se encontrava dentro do que o mercado vinha operando usualmente. O parceiro TREZEUS determinou a estada de um funcionário de sua total confiança dentro das dependências da Recuperanda como fiscalizador da operação autorizando inclusive uma auditoria em suas contas. Entendendo como finalizada a operação, e como de fato ocorreu, o CEO da Recuperanda correndo sérios riscos se dispôs e o fez, embarcou para Caracas na Venezuela, para se reunir com o executivo da TREZEUS, uma vez que o mesmo não pode deixar o país, fato irrelevante para a Recuperanda pois as operações efetuadas pela Trader TREZEUS mundo a fora não nos diz respeito. Enfim, viagem infrutífera, pois não foi chegado a um entendimento com o Sr. Juan Fernando Cerrano Ponce executivo da Trader TREZEUS em todas as reuniões.

Em 31/05/2023 fomos surpreendidos por uma ação de cobrança na 6 Vara de Curitiba, em que se adotou a linha de pensamento de que a Recuperanda está operando FRAUDULENTAMENTE, solicitando aquele juízo medidas leoninas nunca antes visto em qualquer ação judicial: bloqueio de estoques, bloqueios financeiros, até o valor da ação, quebra de sigilos fiscais e bancários tanto da Recuperanda quanto do seu CEO, tudo devidamente acolhido pelo M M Juízo de 6 Vara numa decisão instantânea nunca antes. Determinando literalmente paralização completa das operações da Recuperanda. Se observarmos as operações, a licitude dos atos comerciais financeiros e sociais em sua vida desde a fundação, veremos uma empresa saudável ágil e

moderna que cumpria com suas obrigações Fiscais, Trabalhistas enfatizando que desde a sua constituição a Recuperanda nunca teve uma reclamatório trabalhista. Surpreendida por ações que inerente a sua vontade e acreditando nos bons costumes que regem o silencioso código comercial entre os gigantes do agronegócio obrigando-se a pedir Recuperação judicial para discutir com juízo e pôr a público sua seriedade e honradez.



5. MERCADOS

Segundo dados da ANDA, o consumo de fertilizantes no Brasil vem atingindo recordes após a máxima histórica de 2018, 36,5 milhões em 2019 e 41,0 milhões em 2022, o que sinaliza a força do agronegócio financeiro, sem dúvidas o acesso aos nutrientes tem sido vital para a história do sucesso agrícola do Brasil. Segundo o Dr. Heitor Cantarella *“os fertilizantes tem desempenhado um papel decisivo, e o seu uso tem estreita relação com a produção de grãos”*, colocando o Brasil entre os maiores produtores de alimentos mundial.

De acordo com as projeções de demanda de alimentos até 2027, o Brasil será responsável pela produção de uma grande fatia mundial. Por consequência, o consumo de Fertilizantes terá o seu aumento na mesma proporcionalidade da necessidade da produção de alimentos:

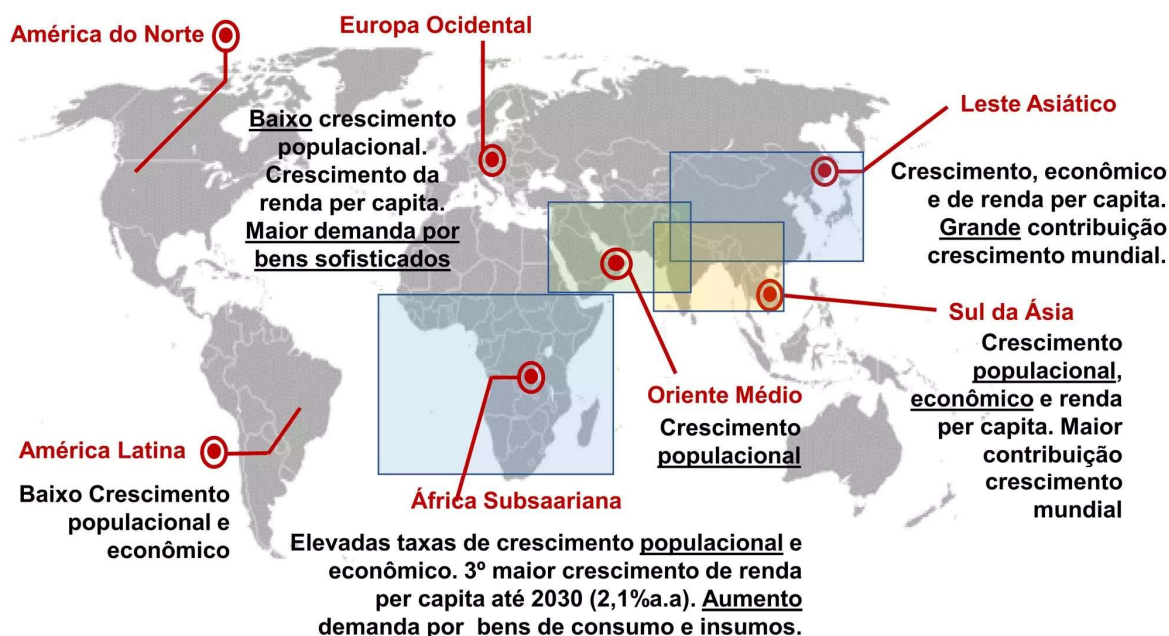
- I) Crescimento de população mundial e disponibilidades de terras agriculturáveis: a medida a população cresce, e as cidades se urbanizam, e disponibilidade de terras agriculturáveis diminuem, exigindo uma maior rentabilidade produtiva das lavouras instaladas nos espaços disponíveis (consumo de fertilizantes).
- II) O potencial de terras para cultivo: segundo a FAO (*Food And Agriculture*) existem cerca de 650 milhões de hectares de terras agriculturáveis que apesar de ainda não serem exploradas, tem potencial para isso. Essa possibilidade de aumentos aos meios de plantio pelo mundo reforça ainda mais a tendência crescente da demanda de fertilizantes.
- III) Economia agrícola: como o agronegócio contribui significativamente para os lucros da economia nacional, existe por parte do Governo um grande interesse de que o pequeno agricultor também se desenvolva, o que levou a criação de incentivos e fornecimentos para que investimentos nas lavouras de pequeno porte também aconteçam. Dispondo desses recursos o pequeno agricultor também tem acesso ao uso de fertilizantes tornando sua produção mais eficiente e impulsionando a economia local.
- IV) Tendência de produção de energias renováveis: atualmente observa-se grande preocupação mundial em encontrar fontes alternativas de energia, que sejam limpas e renováveis. Visando diminuir a dependência que tem do Petróleo e de outros combustíveis fósseis. Os efeitos positivos dos fertilizantes são indispensáveis ao pequeno agricultor que consegue aumentar a renda familiar, as grandes indústrias que incrementam sua produtividade, a economia local e nacional que se expande e se consolida e aos consumidores finais, que recebem maior oferta de gêneros alimentícios, impactando positivamente na qualidade e no preço dos produtos brasileiros.

Como estará o mundo em 2030?

Quais serão as macrotendências?

Drivers de mudança mundial até 2030

Crescimento populacional, crescimento econômico e da renda per capita



África Subsaariana: Congo, Burundi, Quênia, Tanzânia, Uganda, Etiópia, Somália, Sudão, Camarões, Nigéria, Gabão, Serra Leoa, Ruanda, Senegal, entre outros. Sul da Ásia: Índia, Bangladesh, Butão, Nepal, Butão, Sri Lanka, Paquistão. Leste Asiático: Japão, China, Coreia Sul, Coreia do Norte, Hong Kong. Oriente Médio: Afeganistão, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Síria, Turquia, entre outros.

Maior demanda por alimentos



FIESP CIESP



Maior demanda por alimentos

Relacionado ao **crescimento da população** (principalmente nos países mais vulneráveis) e **aumento da renda**.



Insumos do Agronegócio



- Agricultura de precisão
- (\$ 4,5 bi em 2020)
- Biotecnologia genômica
- Nanotecnologia
- Automação e robótica para digitalização do campo
- Plasticultura para controle das variações do clima

Água



- Dessalinização(US\$ 15,3 bilhões em 2018)
- Investimentos em saneamento para reutilização de água
- Tratamento da água potável
- Soluções da indústria 4.0 para redução do desperdício da coleta e distribuição de água

Alimentos processados

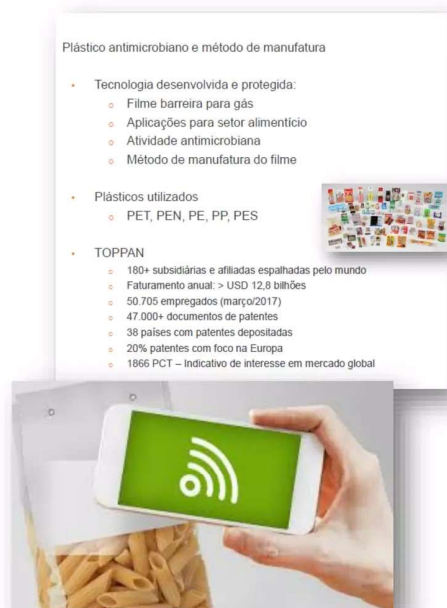


- Alimentos funcionais
- Alimentos com maior validade
- Consumo de alimentos com outros perfis (por ex, proteínas)
- Embalagens inteligentes

FIESP CIESP

Oportunidades para o Brasil

- Brasil já realizou investimentos no setor e tem condições de absorver o aumento da demanda mundial de alimentos;
- Mas.... Muitas tecnologias utilizadas no agronegócio ainda são importadas. Por isto, **tecnologias capazes de reduzir custos e expandir as oportunidades de penetração do produto nacional** no exterior são essenciais para essa estratégia
 - Ex: nanotecnologia para ampliar validade de alimentos
- Além disto, importantes regiões do Brasil estão passando por desertificação. Por isto, **técnicas para dessalinização, novas tecnologias e equipamentos que permitem a reutilização da água** são oportunidades nessa área;
- Por fim, há também oportunidades em alimentos funcionais.



FIESP CIESP

Fertilizantes

Aumento da demanda por energia

FIESP CIESP

Aumento da demanda por energia



Geração de energia renovável



- Eólica
- Fotovoltaica
- Hidroelétrica
- Biomassa e resíduos

Geração de energia não renovável



- Petróleo, gás natural e gás de xisto (US\$ 4 tri)
- Nuclear (geração, maq/eq e etc.: \$677bi)
- Geração distribuída de energia

Distribuição de energia



- Sistemas digitalizados para distribuição inteligente: "smart grid" (US\$ 65 bi em 2022)
- Consumidores serão produtores simultaneamente
- Necessidade de investimentos públicos em infraestrutura energética

Armazenamento de energia



- Baterias e capacitores (\$ 400 bi)
- Formas alternativas de estocagem de energia para substituição do lítio (ex.: armazenamento químico – H2)

FIESP CIESP

Oportunidades para o Brasil

- O país tem dos maiores potenciais energéticos em fontes renováveis do mundo, principalmente, hidroelétrica;
- Tem também potencial de produção de máquinas e equipamentos para geração e distribuição de energia renovável;
- Possui tecnologias já desenvolvidas em biomassa para substituir o petróleo, como o etanol;
- Está entre os dez maiores produtores de energia eólica do mundo e conta com conhecimento tecnológico no desenvolvimento e produção de turbinas;
- O país praticamente ainda não utiliza energia solar. Com redução nos custos da tecnologia, é uma oportunidade.



FIESP CIESP

Mudança no padrão de produção



FIESP CIESP



Mudança no padrão de produção



Eficiência energética e diminuição da emissão de poluentes terão cada vez mais importância no sistema de produção



**Crescimento econômico
demandará maior consumo
energético**

**Produção com maior eficiência
energética será necessária para maior
equilíbrio ambiental**

FIESP CIESP



Mudança no padrão de produção



Produção industrial deverá ser mais limpa.

Restrições comerciais favorecerão desenvolvimento de tecnologias não poluentes.

Crescente demanda por novas tecnologias de controle ambiental.



FIESP CIESP

Oportunidades para o Brasil



Diferentemente das demais tendências, essa tem **características mais horizontais, podendo-se incluir nela praticamente todos os setores** analisados

- Mas... Até que ponto será possível substituir os combustíveis fósseis pelos renováveis?
- Até que ponto países desenvolvidos colocarão restrições comerciais ao desenvolvimento de tecnologias não poluentes (já que acesso ao seu mercado é principal poder de barganha na reversão do aquecimento global)?
- **Qual o potencial do Brasil no desenvolvimento de tecnologias mais eficientes?**



FIESP CIESP

Infraestrutura



FIESP CIESP

Infraestrutura



• Cenário:

Países em que ferrovias e portos estão obsoletos e precisam ser modernizados (Estados Unidos e Europa)



Países em que, além de obsoletos, eles precisam se expandir para que os países possam competir internacionalmente (América Latina)

• Tendências:

Modernização dos transportes

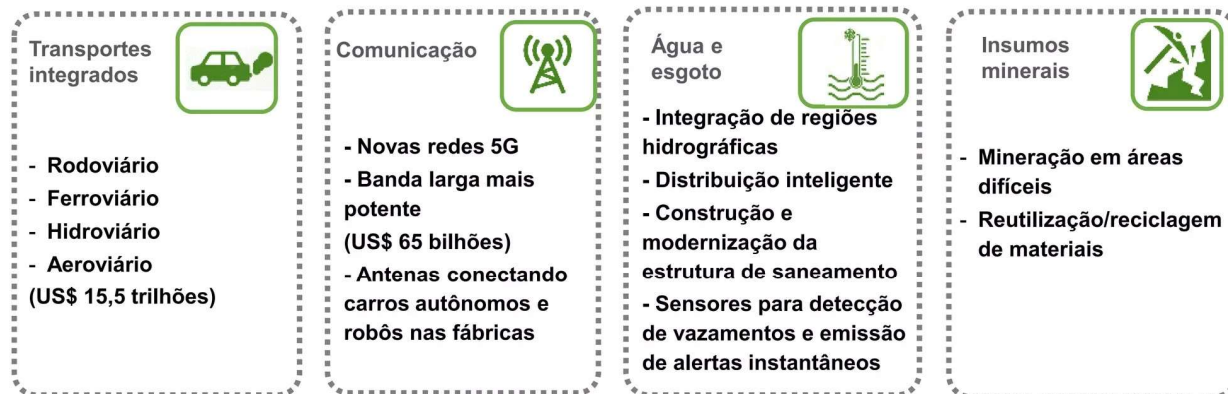
Modernização dos setores de energia e telecomunicações

Infraestrutura social, como educação

Segundo a McKinsey, no transporte rodoviário, o monitoramento de mercadorias em tempo real pode **reduzir até 25% dos custos** e a escolha inteligente de rotas, em até 20%



FIESP CIESP



FIESP CIESP

Oportunidades para o Brasil



A infraestrutura pode ser o principal *driver* de crescimento no curto e no médio prazo, já que é imprescindível para o desenvolvimento das tecnologias da indústria 4.0

- De forma geral, infraestrutura brasileira é insuficiente e defasada;
- Nos **transportes**, infraestrutura brasileira ficou precária e desatualizada;
- Além disto, há oportunidades em **telecomunicações**, no desenvolvimento de tecnologias auxiliares na expansão de sistemas em áreas remotas, que são pouco exploradas por países desenvolvidos.

Gasto em infraestrutura no Brasil foi **33% menor que o necessário*** para manter o estoque de capital per capita e universalizar os serviços de água, saneamento e eletricidade



Principais restrições vêm da insegurança jurídica e do lado fiscal, já que os investimentos em infraestrutura são geralmente feitos por **empresas em conjunto com governos**.

FIESP CIESP

*Fonte: Frischtak e Davies (2014), com dados para o período 2010-12

Tensões geopolíticas

FIESP CIESP

Tensões geopolíticas

- **Cenário:** turbulências políticas e econômicas mundiais recolocam a questão da segurança nacional, abrindo espaço para a **indústria da defesa e segurança**



- **Consequência:** aumento dos gastos militares globais

Os gastos militares em todo o mundo totalizaram US\$ 1,73 trilhão de dólares em 2017, o que representa aumento de 1,1% em relação a 2016*

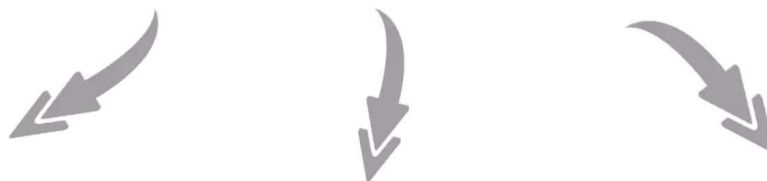
↑
US\$ 1,73 trilhão
gastos em 2017
(+1,1% ante 2016)

= US\$ 230 por
habitante da
Terra

FIESP CIESP

*Fonte: Instituto Sueco de Pesquisa: <https://www.sipri.org/>

Tensões geopolíticas



Defesa



- Sistemas de identificação e localização
 - Armamentos e equipamentos bélicos para segurança de fronteiras
 - Equipamentos de transporte (caças, etc)
- (US\$ 30 bilhões)

Segurança



- Cibersegurança
 - Satélites e drones
 - Robôs para garantia da segurança
- (US\$ 173,9 bilhões)

Controle de imigração



- *Big data* para controle do fluxo migratório
- (US\$ 57 bilhões)

Oportunidades para o Brasil

Ao contrário das outras indústrias, **os países não comercializam tecnologias de ponta. Por isto é indispensável que se tenha uma indústria da defesa para** garantia da segurança nacional

No Brasil, apesar de haver empresas de armamentos, o foco é em baixa tecnologia e **há pouco investimento em criptografia e transferência tecnológica**






FIESP CIESP




Considerações



Cenário curto prazo:

-  Lenta retomada da atividade econômica
-  Acúmulo de 13 milhões de desempregados
-  Incerteza no quadro político-eleitoral

Cenário longo prazo:

-  Transformações na estrutura de demanda
-  Aumento da concorrência externa
-  Desenvolvimento tecnológico em países emergentes

- É compreensível que os investimentos em tecnologia e inovação não sejam as prioridades entre o rol de necessidades a serem transpostas pelas empresas brasileiras no curto prazo;
- Mas **é preciso conhecer quais tecnologias estão à frente destes processos de transformação** e como a indústria pode incorporar esses novos elementos para buscar responder a esse novo mundo digital;
- **A transformação positiva precisa começar agora** e deve envolver toda sorte de fornecedores e parceiros.

FIESP CIESP

*Fonte: Folha de São Paulo, 07/08/18

6. MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda redefiniu suas operações adequando a estrutura à atual restrição financeira e a necessidade de pagamento dos credores. Sendo assim, são apresentados abaixo as principais promessas utilizadas para a confecção das medidas de recuperação.

6.1 OBJETIVO DO PLANO

A partir do pedido de recuperação judicial a Recuperanda teve a oportunidade de redefinir os pontos estratégicos da operação e, por meio dos administradores definir as metas e objetivos do negócio e desenvolver um plano de continuidade para as áreas comercial, financeira e operacional visando melhorar as práticas de gestão, necessárias para a retomada das operações e da lucratividade para pagamento dos débitos e manutenção de viabilidade, o que depende, não só do equacionamento do endividamento, como também da geração de caixa, as principais metas e objetivos que foram estabelecidos da seguinte forma:

6.2 PLANO DE REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL

As medidas estabelecidas no plano de reestruturação financeiro-operacional estão fundamentadas nas seguintes decisões:

- I) Linha de Crédito, a Recuperanda está buscando novos parceiros financeiros para melhorar e fomentar a operação, com novas linhas de crédito, taxas mais adequadas ao mercado, capaz de ajustar as necessidades do fluxo de caixa.
- II) Retomar a participação no mercado
- III) Adequar a estrutura comercial e industrial para aumentar o volume das operações.
- IV) Redução de custos e despesas industriais-financeiras-administrativas e de logística.
- V) Cumprir integralmente ao plano de recuperação judicial.

6.3 POSICIONAMENTO COMPETITIVO

A empresa se define como TRADER, comercializando fertilizantes, implementando suas operações de BARTER. Assim pretende realizar, a retomada de suas operações com seus principais clientes e parceiros para reconquistar sua participação no mercado, aumentando gradativamente o volume de comercialização melhorando o próprio rendimento, proporcionando uma margem diferenciada.

Para acompanhar o desempenho das operações mitigando riscos de perdas, a empresa está criando controles e procedimentos. Diante as ações destacamos relatórios, controles

financeiros, planejamento orçamentário, análise de desempenho de resultados econômico-financeiros.

Em que pese o fato ocorrido, a situação empresarial apresenta-se prosperara e o principal objetivo de seu CEO é liquidar rigorosamente o plano de recuperação judicial, manter os empregos e a função social da Recuperanda ante a todo o exposto, na expectativa de reverter o estado de crise, visando a continuidade na sua trajetória empreendedora, utilizando-se do Instituto Legal de Recuperação Judicial, a Prosollo vem apresentar o seu plano de Recuperação Judicial.

7. VISÃO GERAL SOBRE AS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO

Neste item serão expostas as formas identificadas como meio de Recuperação e, também, definidos os modos e condições em que serão concretizados.

Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas: a situação da crise em que se deparou a Recuperanda será totalmente revertida, apesar e tão somente, se houver a reestruturação das dívidas pertencentes aos credores concursais. A estratégia é realizar criteriosamente o pagamento dos credores sujeitos a recuperação dos limites previstos na legislação aplicável, e buscar a renegociação das dívidas existentes com credores não sujeitos a recuperação. A renegociação com os credores não sujeitos a recuperação está condicionada a acordos específicos entre a Recuperanda e os referidos credores. De acordo com as projeções econômicas e financeiras para os próximos períodos, com base nos números apurados nos anos anteriores e levando em consideração que a empresa não possui valores consideráveis de ativos fixos para disponibilizar como pagamento, a Recuperanda dependerá dos prazos e condições especiais para pagamento de cada um dos credores. A novação prevista no art. 360 e seguintes do Código Civil, significa a substituição de dívidas anteriores por uma nova. Com a aprovação deste plano, todas as dívidas sujeitas a recuperação judicial serão novadas, ou seja, equalizadas em novos termos. Com isso, todos os credores terão ciência de que os valores, prazos, termos e condições de satisfação de seus créditos, serão substituídos pelos termos e condições estabelecidos neste plano, em preferência das condições que deram origens aos seus respectivos créditos.

7.1 ORIGEM DOS RECURSOS PARA PAGAMENTO DOS CREDITORES

A Recuperanda continuará a desempenhar normalmente as funções, mantendo as atividades empresariais, gerando receitas, empregos e, inclusive como projetado aumento nos volumes de vendas para os próximos anos, até alcançar a capacidade prevista e instalada para recompor o espaço que ocupou no mercado. Como forma de demonstrar a geração de caixa da

operação e a consequente capacidade de pagamento aos credores, foram elaboradas projeções econômico-financeiras. Os demonstrativos das projeções dos resultados estão expostos no ANEXO I – RELATÓRIOS ECONOMICO-FINANCEIROS, em atendimento ao art. 53 inciso III da Lei 11.101/2005. Para cumprir os pagamentos, das parcelas propostas nesse plano serão utilizados recursos próprios gerados pelo fluxo de caixa das atividades empresariais.

8. RESUMO DA LISTA DE CREDORES DA RECUPERANDA

A lista de credores segue anexo, a este plano conforme o art. 51 inciso III, da Lei 11.101/2005.

ANEXO II – Relação Original de Credores.

9. PROPOSTA DE PAGAMENTO AOS CREDORES

Considerando a programação operacional e financeira da geração de fluxo de caixa previsto no relatório econômico-financeiro, os créditos sujeitos a recuperação judicial serão equacionados e pagos nos termos deste capítulo. A premissa adotada para a elaboração da proposta, a ser condizente com a capacidade de pagamento demonstrada pelo relatório no ANEXO I, sendo a forma mais viável de superar a crise vivenciada atualmente. As projeções de resultados estão demonstradas no mesmo relatório, que considera, além dos efeitos de todas as premissas operacionais e financeiras, os efeitos do plano de pagamento aos credores. Os prazos de pagamento das parcelas previstas no plano serão contados com base na data da homologação do presente plano.

9.1 PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDORES TRABALHISTAS

Os créditos trabalhistas serão pagos de acordo com o art. 54 da Lei 11.101/2005, ou seja, os credores trabalhistas receberão seus créditos integralmente até o décimo segundo mês após a data da homologação do plano da seguinte forma:

- (I) Créditos trabalhistas, provenientes de dissídios coletivo retroativo de credores, dos colaboradores ativos na empresa Recuperanda serão quitadas integralmente em 3 (três) parcelas mensais, fixas e sucessivas.
- (II) Os créditos trabalhistas provenientes de ações, serão quitados na íntegra e em parcela única no décimo segundo mês após a data de homologação do plano.
- (III) Caso sejam reconhecidos novos créditos trabalhistas por decisão judicial ou acordo entre as partes, sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, serão pagos em até 12 (doze) meses após a habilitação do crédito no processo de recuperação judicial. A primeira parcela será devida a partir do recebimento de comunicação escrita enviada a Recuperanda, informando

a ocorrência do trânsito em julgado de decisão judicial, do acordo que reconhecer o crédito trabalhista.

9.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDORES COM GARANTIA REAL E QUIROGRAFARIOS

Os créditos com garantia real e quirografários sofrerão deságio de 90% (noventa por cento) sobre o valor apresentado pela Recuperanda. Os valores remanescentes apurados serão pagos em 3 (três) parcelas anuais, contados a partir da data de aprovação do plano na AGC e após a homologação do plano pelo poder judiciário, conforme detalhado:

- a) Primeira: o pagamento da primeira parcela se dará 12(doze) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação a proporção de 30% (trinta).
- b) Segunda: o pagamento da segunda parcela se dará 24(vinte e quatro) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 30% (trinta).
- c) Terceira: o pagamento da terceira parcela se dará 36(trinta e seis) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 40% (quarenta).

9.3 PROPOSTA DE PAGAMENTO AO ADMINISTRADOR JUDICIAL

Este credor será pago conforme acordo entre as partes, em parcelas mensais.

9.4 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS

Os créditos sujeitos aos efeitos de recuperação judicial, inclusive as trabalhistas, serão atualizados e remunerados pela TAXA REFERENCIA-TR, acrescidas de juros pré-fixados de 1% (um por cento) ao ano. A incidência terá envio a partir da data da homologação do plano, tomando como base o valor calculado com os deságios fixados.

9.5 CREDORES NÃO SUJEITOS

Este plano não contempla proposta específica para os créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial (extra concursais) por força do art. 49 da Lei 11.101/2005. Tais créditos serão negociados indevidamente, de acordo com suas particularidades. As

condições foram incluídas e descritas neste plano para fins de transparência e conhecimento de todos os credores.

10. CREDITOS CONTINGENTES – IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO

Conforme previsto no artigo 7º, § 1º da Lei 11.101/2005, os credores possuem prazo para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos constantes na relação apresentada pela Recuperanda. Os pedidos de habilitações divergências (valores e classes de credores) poderão vir a majorar o passivo inscrito na recuperação judicial, ou seja, aumentar a lista de credores apresentada pelo administrador judicial. Se novos créditos forem incluídos no quadro geral de credores, conforme previsto acima estes credores receberão seus pagamentos nas mesmas condições e formas estabelecidas neste plano, de acordo com a classificação que lhes foi atribuída, sem direito aos rateios de pagamentos eventualmente já realizados.

11. PASSIVO TRIBUTÁRIO

Foi previsto a destinação 0.2% (zero dois por cento) da receita bruta da Recuperanda para a administração do passivo tributário, previdenciário, municipal, estadual e federal. Diante da ausência de regulamentação dos artigos 7º, 60 e 65 da Lei 11.101/2005, a reserva de um percentual da receita bruta para a administração do passivo tributário não parcelado, não implicará em reconhecimento ou em confissão de dever fiscal. Também não vinculada a Recuperanda e nem o fisco as condições projetadas, servindo apenas de parâmetro para a concessão de parcelamento específico previsto na LRF.

E aplicável no caso o acordo de transação prevista na portaria PGFN nº 11.956/2019, que regularmente a transação na cobrança de dívida da União para promover a resolução de conflitos entre a Administração Tributária Federal e os contribuintes com débitos junto à União, que não cometeram fraudes e que se enquadram nas modalidades previstas na MP do contribuinte legal. A transação pretende ainda viabilizar a manutenção da empresa e dos empregos por ele gerados, além de estimular a atividade econômica e garantir recursos para os políticos públicos. Por se tratar de credores não sujeito aos procedimentos da Recuperação Judicial e não ser uma proposta vinculada caso por qualquer motivo não sejam realizados os pagamentos ou a negociação com o fisco previsto nesse plano, não será caracterizado descumprimento de obrigação assumida, nos termos do § 1º do art. 61 da Lei LRF.

12. EFEITOS DO PLANO

12.1 VINCULAÇÃO DO PLANO

As disposições previstas vinculam a Recuperanda, os credores e os respectivos cessionários e sucessores, a partir da data de homologação do plano.

12.2 NOVAÇÃO

A interferência do recurso com efeito suspensivo (ou ação judicial com o mesmo efeito) interposto contra a homologação do plano acarretará a novação dos créditos concursais. Ocorrida a novação, todas as obrigações, convenções, índices financeiros, hipótese de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições desse plano deixarão de ser aplicáveis, na forma do art. 50 inciso IX, da LRF e art. 360 do Código Civil.

12.3 GARANTIAS PESSOAIS

Por cautela, fica expressamente estabelecido que estarão suspensas as obrigações solidárias, acessórias e quaisquer outras garantias, inclusive aval e/ou fiança assumidas pela Recuperanda, pelo seu socio bem como terceiros. Contudo, em cumprimento ao referido plano todas as garantias descritas acima serão extintas.

12.4 PUBLICIDADE DOS PROTESTOS

Uma vez aprovado o plano com a novação de todos os créditos sujeitos a ele, todos os credores concordarão com a suspensão da publicidade dos protestos efetuados, enquanto o plano estiver sendo cumprido nos termos aprovados. A Recuperanda poderá requerer, a partir da data da homologação do plano, a ordem de suspensão ao juízo da RJ. Após o pagamento integral dos créditos, nos termos e formas estabelecidos neste plano, os respectivos valores serão considerados integralmente quitados e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer se for o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva dos protestos. Sendo

assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores (as empresas e seus dirigentes) que mantiverem os protestos vigentes enquanto o plano estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou após a quitação dos débitos.

13. MEIOS DE PAGAMENTO

Os valores devidos aos credores, nos termos deste plano, serão pagos diretamente nas contas bancárias dos credores, por meio de transferência direta de recursos na conta bancária, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito bancário. O comprovante de depósito do valor creditado a cada credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento.

13.1 INFORMAÇÕES DAS CONTAS BANCÁRIAS

Para viabilizar os pagamentos, os credores deverão informar a Recuperanda, por meios de documento escrito e com aviso de recebimento, seus respectivos dados bancários. A conta bancária informada para pagamento deverá, obrigatoriamente, ser de titularidade do credor, caso contrário, o credor deverá requerer autorização judicial para pagamento em conta de terceiros. Os credores que não informarem seus dados bancários ou encaminharem informações incorretas, a critério da Recuperanda, poderão ter seus pagamentos realizados por meio de depósito judicial. Os pagamentos não realizados por inércia do credor por não apresentarem os dados ou apresentarem incorretos – não serão considerados como descumprimento do plano.

13.2 DATA DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão realizados nas datas de vencimento, tendo como base o dia da homologação do plano, pelo juízo de recuperação judicial. Caso a data de vencimento recaia em final de semana ou feriado, o pagamento será realizado dia útil seguinte.

14. DIPOSIÇÕES GERAIS

A Recuperanda optou pelo pedido de assistência e proteção previsto na LRF objetivando assegurar os meios de recuperação nos seguintes aspectos:

I) A todos os créditos decorrentes de operações de fomento de qualquer natureza, comercial e/ou financeiro, realizados após a distribuição do pedido de recuperação judicial será assegurada a condição de crédito extraconcursal e para os fins dos privilégios na ordem de pagamento previsto nos art. 67 e 84 da Lei 11.101/2005.

II) Na hipótese de conflito entre as disposições deste plano e as obrigações da empresa previstas em contratos celebrados com qualquer credor anteriormente e data do pedido de recuperação judicial, o plano prevalecera.

III) Todos os anexos incorporados constituem parte integrante deste plano. Na hipótese de haver inconsistência entre o plano e os anexos, o plano prevalecera.

IV) O processo de recuperação judicial poderá ser encerrado a qualquer tempo, após a data de homologação a requerimento da Recuperanda, desde que todas as obrigações do plano, que vencerem até 02(dois) anos após a data da homologação sejam cumpridas.

14.1 INVALIDADE PARCIAL

Se quaisquer cláusulas ou disposições deste plano forem declarados nulas, ilegais, inexecutáveis ou inválidas sob qualquer aspecto, essa declaração não afetará ou prejudicará a validade das demais cláusulas e disposições, que a manterão em pleno vigor, eficazes e executáveis. Não obstante nessa hipótese de invalidade, ineficácia ou inexecutabilidade parcial, a Recuperanda deverá rever este plano, só para substituir as cláusulas e disposições consideradas inválidas, ineficazes ou inexecutáveis por outras que produzam, na máxima extensão permitida pela lei aplicável, os efeitos equivalentes mantendo os efeitos daquelas que não foram declarados inválidos, ineficazes ou inexecutáveis.

14.2 DESCUMPRIMENTO DO PLANO E PURGAÇÃO DA MORA

O plano será considerado descumprido, apenas e tão somente na hipótese de mora no pagamento de mais de uma das parcelas previstas. Eventual mora no descumprimento de qualquer parcela poderá ser purgado no prazo de 30(trinta) dias a contar da data de vencimento, sem ônus, em até duas oportunidades.

14.3 CESSAO E TRANSFERENCIA DE CREDITOS

Uma vez aprovado o plano, os credores concursais poderão ceder ou transferir livremente os seus créditos contra a Recuperanda, desde que observados as seguintes condições:

- I) O crédito cedido, independente da cessão ocorrer por lei ou por contrato, estará sujeito aos efeitos do plano, especialmente em relação as condições de pagamento. O credor cedente assume o compromisso de informar ao cessionário as condições do crédito, sob pena de ineficácia em relação a Recuperanda.

II) A cessão somente terá eficácia, se a Recuperanda for notificada em tempo hábil, por comunicação escrita e com aviso de recebimento, para que possa direcionar os pagamentos previstos neste plano ao devido detentor do crédito.

14.4 LEI APLICÁVEL

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

14.5 ELEIÇÃO DE FORO

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem e que estiverem relacionadas a este plano serão submetidas ao Juízo da Recuperação Judicial até o encerramento do processo de recuperação judicial, revogando qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Este plano é firmado pelo representante legal da Recuperanda, constituído na forma do respectivo contrato social, estando acompanhado da página de assinaturas, do laudo econômico-financeiro e de relação dos bens e ativos, na forma da Lei 11.101/2005.

Itapema 13/10/2023

Daniel Winkeler CRC PR052852/O3

Prosollo Fertilizantes Ltda